Seminário de discussão sobre a filosofia moral de J. McDowell (*Mind, Value and Reality*, part II) - Projecto *The Bounds of Judgement – Frege, cognitive agents and human thinkers*

**“Aesthetic Value, objectivity and the fabric of the world”** (1983)

Este ensaio serve como ponte para a análise do estatuto do valor moral, reflectindo sobre a problemática mais geral de saber qual o estatuto do valor, como se insere no mundo natural, se pode neste ser descoberto.

**Pano de fundo da discussão: J. L. Mackie – *Ethics: inventing right and wrong*** (1977)

**Tese acerca do estatuto dos valores** – não há valores objectivos, o que se entende da seguinte forma: os valores não fazem parte do tecido do mundo (cit.1).

Desvincula-se das teses que ele denomina como subjectivistas (não-cognitivistas), de acordo com as quais os juízos morais expressam atitudes ou desejos ou emoções eminentemente subjectivos – isto no sentido em que a sua tese é sobretudo uma tese ontológica, e não conceptual ou linguística, acerca do significado dos juízos morais, ou acerca da análise dos conceitos éticos.

O que significa então a tese de que **não existem valores (morais) objectivos**?

- obviamente **não quer dizer** que não há qualquer diferença entre, por exemplo, acções benevolentes ou cruéis. Os comportamentos, as coisas que acontecem, são de facto parte do mundo, e portanto existem diferenças objectivas, ao nível descritivo, entre o que se pode considerar uma acção cruel ou bondosa. (cit. 2)

- objectividade **não se confunde** com intersubjectividade (cit. 3); por objectividade Mackie também não entende universalizabilidade. (cit.4)

- afirmar que não há valores objectivos é negar que qualquer imperativo categórico é objectivamente válido. (cit.5.)

[Qual a relação entre a discussão anterior, acerca de razões e imperativos categóricos, e esta ideia agora vinculada por Mackie de que não existem valores objectivos? Defender que os imperativos morais não são imperativos categóricos é o mesmo que dizer que os valores não fazem parte da tessitura do mundo? A ideia de Mackie parece-me ser a seguinte: se o imperativo categórico fosse objectivamente válido teríamos de confirmar a existência de qualquer facto ou propriedade descritiva do mundo que fosse intrinsecamente prescritiva. Se os valores fizerem parte do tecido do mundo, o imperativo categórico é validado – há coisas com a propriedade objectiva e racionalmente irrecusável de «deverem ser feitas». (comparar com Korsgaard, que faz uma distinção entre realismo moral e construtivismo: podemos apelar a valores objectivos sem supor que eles fazem parte do tecido do mundo.)]

↓

A sua tese de fundo é então uma tese de **cariz ontológico** acerca da realidade dos valores; a sua proposta é que tanto o discurso moral corrente internalizado por todos nós como a filosofia moral ocidental assentam numa metafísica que é profundamente errada. O ponto, não particularmente consensual, é que se queremos pensar acerca da natureza e estatuto do valor, não adianta partir da forma como se usam esses termos, do modo como a linguagem moral é utilizada, da actividade de pensar moralmente – **não podemos ficar a esse nível** se estamos preocupados em fazer metaética. (por isso é que para alguns autores, que pretendem partir precisamente deste nível, a separação entre ética e metaética é complicada e artificial. Pela razão de que não há nenhum ponto para onde possamos ir para avaliar acerca do fundamento dos nossos juízos morais de 1ª ordem. Cf. Dworkin (1996). (cit. 6)

A sua **teoria do erro** explica-se desta forma: se conceptualmente e semanticamente analisarmos a linguagem moral o que encontramos é essa ideia de objectividade ou independência por relação aos desejos ou atitudes subjectivas (qualquer juízo moral reclama a objectividade). Ao mesmo tempo, quando dizemos que algo é errado, não estamos apenas a descrever um aspecto da realidade, estamos também a referir-nos a um elemento prescritivo, incitador ou não da acção. É da conjugação destas duas teses que Mackie chega à sua teoria do erro: o discurso e o pensamento moral são de facto cognitivistas (dizem respeito à verdade e ao erro, ao que se pode saber), mas, uma vez que as propriedades descritivas-naturais não nos dizem o que devemos fazer (são inertes), não são intrinsecamente prescritivas, o que temos é um erro ou uma ilusão massivos, i.e., todos os juízos morais são falsos.

**Argumento da relatividade** - ‘as variações nos códigos morais são mais facilmente explicáveis por meio da hipótese de que eles reflectem a adesão e participação em diferentes formas de vida do que por meio da hipótese de que eles expressam a percepção de valores objectivos’ (p. 37, cit. 6).

**Arg. da estranheza** - (componente epistemológica e metafísica) Para Mackie qualquer realismo moral tem que supor um intuicionismo de qualquer tipo, i.e., um tipo de faculdade especial que permita descobrir factos acerca do que é bom ou mau fazer-se. E isso é assim porque tais factos teriam que ser muito bizarros do ponto de vista metafísico. Estamos a falar da existência de propriedades do mundo (descritivas) que seriam intrinsecamente prescritivas (que o mero facto de as descobrirmos/conhecermos nos impeliria para a acção- não seria o facto contingente de o agente desejar a acção, mas a propriedade em si que teria inscrita a obrigatoriedade de ter que ser seguida, de orientar e incitar à acçao).

[Ora, isto de alguma forma é o que McDowell diz que existe: para McDowell, como vimos, os requerimentos morais são imperativos categóricos porque uma vez que sejam reconhecidos motivam necessariamente quem os reconhece, sem a necessidade de um desejo adicional (e não porque sejam requerimentos reconhecíveis por todas as pessoas racionais). Se a nossa percepção moral estiver afinada como a de uma pessoa educada adequadamente, então seríamos capazes de ler nos factos razões para agir. O facto de termos sido iniciados numa dada prática permite-nos ver razões que de outra forma não veríamos porque nos permite percepcionar a situação de uma forma correcta. Essa capacidade de percepcionar/conhecer é um estado simultaneamente descritivo e prescritivo, o que Mackie não consegue conceber.]

**McDowell**

O que McDowell pretende é combater essa **equivalência** que Mackie apresenta **entre** **objectividade e pertença ao mundo.** O problema será o de saber se estamos obrigados a aceitar que o mundo (o que é real) equivale ao que é objectivo, no sentido em que Mackie fala de objectividade. Tanto o argumento da relatividade, como o argumento da estranheza só fazem sentido partindo dessa ideia de que do mundo só fazem parte entidades objectivas. Relativamente ao argumento da estranheza: Mc reconhece que seria de facto estranho pensar na existência de entidades objectivas – como Mackie as define – mas que ainda assim apresentassem o carácter fenomenal que uma qualquer experiência de valor acarreta. (cit. 8)

Quando Mackie afirma que o que faz parte do tecido do mundo é objectivo, isso implica que “o mundo é totalmente passível de ser descrito em termos daquelas **propriedades que podem ser compreendidas sem qualquer referência essencial aos efeitos que produzem nos seres sentientes**” (p. 114). O que Mc vai analisar neste texto é, então, o que **estatuto do que podemos designar como propriedades secundárias ou afectivas** – aquelas propriedades que não são concebíveis independentemente das respostas que seres sentientes têm perante elas; o que dissermos a este respeito pode ser extrapolado para a discussão acerca dos valores. Essas propriedades não são objectivas? Não são reais? Se o valor estético só puder ser definido em termos das respostas daqueles seres capazes de ter uma experiência estética, isso significa que não pertence ao mundo?

↓

Para isso serve-se mais uma vez de B. Williams: ***Descartes: The Project of Pure Enquiry*** (1978)

Williams defende que é possível fazer uma distinção entre a forma como o mundo é, e as formas como ele nos aparece, pelo facto de ocuparmos um determinado ponto de vista. Isto significa que para Wiliams é crível apontarmos para algo como “uma concepção do mundo tal como ele é, independentemente das peculiaridades dos observadores” (cit. 9), se, como ele diz, não quisermos ser idealistas. De uma tal concepção parecem estar excluídas as propriedades secundárias, que dependem de factores psicológicos e precisamente das peculiaridades dos indivíduos ou da espécie – o aparato perceptivo particular que nos permite ver cor, por exemplo, é um ‘ponto de vista especial’, e é isso que explica o facto de vermos as cores de forma diferente. É isso que nos faz abandonar a ideia de que as coisas ‘realmente’ são de uma cor e que nos faz acreditar, portanto, que as cores, tal como outras propriedades secundárias, não pertencem ao mundo tal como ele é, não são propriedades objectivas. (Mackie)

**Problema I**: a ideia de ‘transcender um determinado ponto de vista’ faz algum sentido? Seja de onde for que olhemos, qualquer que seja a concepção da realidade a que cheguemos, não será sempre o nosso ponto de vista, a nossa concepção? Nunca será uma visão pura. Que sentido faz a noção de ‘view from nowhere’ ou ponto de vista sem ponto de vista?

A proposta de Williams será a seguinte: teremos sempre que usar conceitos que nós, seres humanos, partilhamos e entendemos. Mas é possível, pensa ele, chegar a uma descrição do mundo utilizando conceitos *que não estão directamente relacionados com as nossas experiências*; chegar a uma descrição do mundo que seja ‘independente não do pensamento em geral, mas daquilo que é arbitrário e individual no pensamento’ (p. 229). (algo como o ideal de convergência de Peirce, a que chegaremos se o inquérito científico continuar tempo suficiente)

↓

O ponto, então, é que para Williams é possível chegar a essa descrição (o mais próxima possível do mundo tal como ele é) por meio da investigação científica, e isso precisamente porque vê a investigação científica como um método absolutamente puro e transparente de acesso à realidade, não-contaminado por idiossincrasias ou pontos de vista pessoais

**Problema II** – é verdade que a ciência tenta ser isso, um modo transparente de acesso à realidade, mas é possível dizer que consegue? Pode o inquérito científico corresponder a esse ‘ponto arquimédico’ a partir do qual é possível comparar as várias aparências e representações paroquiais do mundo, pode o inquérito científico ser o padrão de medida que nos permite avaliar de que ponto estamos mais perto duma visão do mundo tal como ele é? (126) Mais, é verdade que necessitamos desse ponto de vista objectivo, acerca do que é a realidade em si, para poder conhecê-la e poder justificar as nossas crenças; faz sequer sentido pensar que tal ponto de vista existe? - algo como o ponto de vista de Deus de Putnam.

“We can justify beliefs we hold about how things are (for instance, combat offered alternatives) only by appealing to what are in fact further beliefs we hold about how things are” (128).

**Problema III** – um outro problema da análise de Williams prende-se não já com o estatuto do inquérito científico (como aquilo que nos dá a concepção absoluta da realidade), mas com a própria noção de concepção absoluta de realidade, entendida como uma concepção capaz de transcender os pontos de vista paroquiais e ao mesmo tempo explicar esses pontos de vista paroquiais (mostrar por que são diferentes). O problema é que não se percebe como pode essa concepção estender-se de tal forma a ponto de englobar e explicar os pontos de vista paroquiais, na medida em que para explicar o conteúdo desses pontos de vista (por exemplo, para explicar como é que alguém é capaz de ver vermelho, ou como é que alguém é capaz de achar alguma coisa engraçada) é preciso ocupar esse ponto de vista (não é possível explicar o que é ser engraçado ‘em si’). Neste sentido: ‘apenas alguém que tenha, ou que pelo menos possa ter, uso para a expressão “…é verde” pode compreender o que é para alguma coisa parecer verde’ (123). Se abandonarmos de todo o ponto de vista capaz de representar o mundo como algo que tem cor, então não compreenderíamos sequer o que é que haveria para explicar (123). (cit. 10)

**Para ambos “valuing is just something that people do”** (cit. 3) **“and there is no need to look for values that are prior to and logically independent of all such activities”** (p. 30); **mas enquanto para McDowell isso chega para falar de objectividade, para Mackie não.** (cit. 11)